

*Filipe Moura*

-----ATA Nº 1-----

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Sermonde, sito na Rua de Sermonde n.º 126, a Assembleia de Freguesia reuniu em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto dois – Período de intervenção do público. -----

Ponto três - Período da Ordem do Dia: -----

3.1 - Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Grijó e Sermonde para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um. -----

3.2 - Autorização da celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia de Grijó e Sermonde e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação. -----

3.3 - Autorização da celebração de formas de cooperação e protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

3.4 - Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas. ----

3.5 - Discussão e votação do Mapa de pessoal dos serviços das Freguesias. -----

3.6 - Discussão e votação das opções do Plano de Atividades e da proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dezoito. -----

3.7 - Ratificação do protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e os Bombeiros Voluntários dos Carvalhos. -----

3.8 - Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde. -----

Deu-se início à reunião na presença dos seguintes elementos: -----

Pelo Partido Socialista (PS): José Manuel de Almeida Couto, Filipa Nunes Lopes Moura, Sofia Ferreira Dias de Almeida, José Domingos Gonçalves Correia, Manuel Quintas Sanhudo, Cristina Oliveira Gomes, José Carlos da Costa Ferreira e Paulo Jorge Barros Neves. -----

Pela Coligação Gaia de Novo (PPD-PSD/CDS-PP): Maurício Ramiro Ferreira Santos, Jorge Filipe Gomes Castro, em substituição de Olimpia Manuela Oliveira Almeida Gomes,

Joaquim Aureliano Cavadas André Oliveira e José Manuel Ramos Ferreira da Costa e Silva, em substituição de Rosa Maria Rodrigues Sobral. -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista. --

Pelo Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes: Joaquim César Ramos Rodrigues, Gil Manuel Camarinha Costa, Rosa Margarida Rodrigues Sousa Neves, Maria João Costa e Francisco Manuel Jesus Silva. -----

Entrando no período de antes da ordem do dia, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista, apresentou uma moção relativamente ao aumento do preço dos transportes públicos de passageiros a ocorrer no início do ano, apelando ao executivo para intervir junto das autoridades competentes, no sentido de serem encontradas outras formas de aumento de receitas, sem que tal se repercuta em aumentos de preços para os clientes (Anexo 1). Apresentou, ainda, uma declaração política realçando os principais aspetos do projeto da Coligação Democrática Unitária, nomeadamente questões ecológicas, habitacionais, educacionais, reinserção da etnia cigana, de lazer, atividades culturais e sociais entre outras, agradecendo formalmente a quem apoiou este projeto nas últimas eleições (Anexo 2). -----

O Sr. deputado José Manuel Costa e Silva pediu um esclarecimento relativamente ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos, pretendendo saber se a discussão e aprovação do Orçamento e do Plano de Atividades seria feita em separado: o orçamento, por um lado; o plano de atividades, por outro. Respondendo, de imediato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que a discussão poderia ser feita em separado, conforme cada uma/a dos/as intervenientes desejasse, mas a votação seria feita como ponto único. -----

Intervindo o Sr. José Domingos Correia, começou por elogiar o Executivo pela recente cerimónia do 30º aniversário da elevação da Vila de Grijó, deixando, contudo, um reparo sobre o comportamento de alguns membros da Coligação Gaia de Novo, por este se ter revelado desrespeitoso e até indigno para tal cerimónia. Fez, ainda, uma chamada de atenção à Coligação Democrática Unitária sobre o facto de, decorridos mais de dois meses sobre o último ato eleitoral, alguma propaganda de campanha e alguns cartazes não terem sido ainda recolhidos. -----

Respondendo à questão colocada, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista esclareceu que a propaganda política terá sido retirada logo após as eleições, podendo, no entanto, ter falhado algum cartaz. Disse lamentar, contudo, que esta questão fosse tratada em Assembleia de Freguesia. -----

*Flávia*

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Junta, respondendo à deputada Paula Baptista, referiu que o problema da etnia cigana já não é de agora, informando que o atual executivo se havia candidatado a um projeto de reinserção desta etnia, sendo este um projeto a longo prazo. Esclareceu, ainda, que a Junta de Freguesia esteve presente e colaborou na resolução do incêndio que aconteceu numa comunidade cigana há alguns dias, realojando, provisoriamente, os seus membros, apesar de esta tarefa não ser da competência da Junta, mas da Segurança Social. Prosseguindo, lembrou que, relativamente à educação pré-escolar existem vagas, pelo que é preciso equacionar se há necessidade de abertura de mais salas. Referiu, também, que antes de se ponderar a abertura do ensino secundário, seria importante repensar o agrupamento das escolas da freguesia, no sentido de se criarem estratégias para fixar as crianças na freguesia. Quanto à Escola Básica Júlio Dinis, disse ser imperiosa a resolução dos problemas internos, para que se reajuste a escola às exigências atuais, matéria que não é da competência da Junta de Freguesia, nem da Câmara Municipal. -----

Intervindo, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista referiu que a problemática das escolas prende-se, essencialmente, com o elevado número de alunos por sala, bem como a falta de auxiliares e professores, reconhecendo que não sendo este problema uma responsabilidade da Junta de Freguesia, esta deverá, contudo, pugnar junto das entidades competentes para a sua resolução. -----

Submetida a votação a Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária relativa ao aumento do preço dos transportes públicos de passageiros, foi esta aprovada por maioria, com quatro votos a favor da Coligação Gaia de Novo, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e oito abstenções por parte do Partido Socialista. -----

Entrando no período de intervenção do público, o Sr. Domingos Ferreira Mota solicitou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que o ajudasse a resolver o seu problema habitacional, já do conhecimento do Executivo. -----

Intervindo, o Sr. Octávio Mota começou por felicitar todos os eleitos, lembrando que há quatro anos, precisamente no dia da presente sessão, tinha acontecido a primeira Assembleia de Freguesia do anterior mandato. Ressaltou que as entradas da freguesia deviam ser melhor sinalizadas, renovando, deste modo, a imagem da mesma. Questionou sobre um poste de luz em mau estado, numa das entradas da freguesia, a sul, tentando compreender se seria da responsabilidade da União de freguesias de Grijó e Sermonde ou



da freguesia de Nogueira. Questionou, ainda, sobre a propriedade do terreno que tem vindo a ser ocupado pela comunidade cigana na rua dos Agros, em Murraceses. Prosseguindo, mencionou que na rua da Relva existe um fosso enorme que pode provocar acidentes e que na rua do Seixo há um passeio que vai até ao meio da rua. Alertou, ainda, para a vegetação abundante, oriunda de uma propriedade privada, que está a pressionar o muro existente na rua Castro Correia, solicitando intervenção da Junta de Freguesia nesta questão. -----

Por sua vez, o Sr. José Ferreira advertiu para a falta de barras no gradeamento da Escola Básica Júlio Dinis, o que leva a que alguns alunos saiam por entre as grades. Ainda relativamente à crítica feita por um membro da Assembleia quanto à propaganda política da CDU, aproveitou para sublinhar que o próprio partido socialista deixara uma estrutura metálica no largo de Stº António, em Grijó. -----

Por fim, o Sr. Jorge Tavares solicitou ao Sr. Presidente de Assembleia um pedido de esclarecimento face ao enunciado comportamento indigno protagonizado por parte de alguns elementos da Coligação Gaia de Novo nas comemorações da Elevação de Grijó a Vila. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia afirmou que, apesar de não ter sido ele a denunciar o dito episódio, verificou-se, de facto um certo mal-estar generalizado face ao comportamento de alguns membros da Coligação Gaia de Novo e de outros membros a eles afetos: estavam a rir e a fazer barulho, não dando a devida importância à cerimónia em curso, onde se encontravam inclusivamente vereadores da Câmara Municipal e outros convidados. Disse que era conveniente que em próximos eventos esta situação não se repetisse, por forma a que cada um respeite as responsabilidades assumidas, bem como aqueles que representam. -----

Após esta explanação, o Sr. Maurício Santos, líder da bancada da Coligação Gaia de Novo, apresentou um pedido de defesa da honra, justificando que o comportamento tinha sido gerado por uma piada momentânea devido ao jogo de futebol que decorria, a par da cerimónia. No entanto, dado o desconforto gerado, o Sr. Maurício Santos manifestou um pedido de desculpas pela situação. -----

Em período de respostas, o Sr. Presidente da Junta começou por dirigir-se ao Sr. José Ferreira, informando que a estrutura que está em Stº. António seria recolhida brevemente. Quanto à Escola Básica Júlio Dinis, esclareceu que desconhecia a situação, dado nunca ter sido pedido qualquer apoio para reparar o gradeamento. -----



Respondendo ao Sr. Octávio Mota, o Sr. Presidente da Junta comprometeu-se a assinalar, junto da Câmara Municipal, a questão da sinalética das entradas da freguesia. Quanto à rua dos Agros, declarou que o terreno será brevemente da Junta de Freguesia e que a comunidade cigana só ali reside porque contou com a autorização de um dos anteriores executivos da Junta de Freguesia de Grijó. Relembrou que o atual Executivo já se candidatou a um projeto de cerca de dois milhões de euros para realojar três acampamentos de etnia cigana, pelo que quando existirem mais informações seriam trazidas à Assembleia de Freguesia. Quanto à rua Dr. Castro Correia, o Sr. Presidente da Junta esclareceu que a proprietária já foi notificada para proceder à limpeza do terreno. No que concerne ao poste de luz junto à mencionada entrada da freguesia de Grijó, trata-se de uma responsabilidade do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Em resposta ao Sr. Domingos Mota, o Sr. Presidente da Junta reiterou que está a par da situação e que nada faria para o prejudicar. No entanto, não havia muito que pudesse fazer para o ajudar, uma vez que o Sr. Domingos não é coproprietário da habitação em que reside. Salientou tratar-se de um assunto pessoal e sigiloso, do próprio Sr. Domingos, que está a ser apreciado por quem de direito, pelo que não deveria ter sido exposto publicamente em Assembleia de Freguesia. -----

Aqui chegados, deu-se início ao no período da ordem do dia. -----

Discutindo o Regimento da Assembleia da Freguesia de Grijó e Sermonde para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista referiu-se especificamente à grelha de gestão de tempos de intervenção, sublinhando que menor representatividade partidária não deveria significar menos democracia, pelo que a distribuição dos tempos de intervenção deveria ser mais flexível, face ao decorrer de cada reunião. Submetido a votação, foi o Regimento da Assembleia da Freguesia de Grijó e Sermonde para o quadriénio dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um aprovado por unanimidade. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos 3.2, 3.3 e 3.4 da ordem de trabalhos, ainda que votados em separado, proposta que foi unanimemente aceite. -----

Intervindo, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista referiu que era importante haver mais informação de suporte aos pedidos de autorização em discussão. Em seu entender, não se deveria permitir a assinatura de protocolos, acordos de execução etc., em abstrato. -----



Tomando a palavra, o Sr. Maurício Santos disse corroborar o que acabava de ser dito, dado que, também em seu entender, deveria haver mais documentação de suporte aos pedidos de autorização apresentados pelo Executivo. -----

Relativamente ao Regulamento e Tabela de Taxas, o Sr. Paulo Neves questionou em que consistem os inertes apresentados no ponto sete, alínea “a)” do referido documento. Em seu entender, importa definir o que se entende por “inertes”, dado que se trata de um conceito abrangente, que pode estender-se a materiais de variado tipo. -----

Em resposta ao Sr. Paulo Neves, o Sr. Presidente da Junta informou que não são todos os inertes, mas só os resíduos biodegradáveis e aceites pelo Aterro Sanitário, pelo que esse esclarecimento será introduzido no texto. Informou que a Junta de Freguesia nunca teve taxa para a recolha de inertes. Contudo, como tem sido bastante solicitada para este serviço, houve necessidade de o taxar, por forma a controlar a sua solicitação. -----

Respondendo à Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista e ao Sr. Maurício Santos, o Sr. Presidente da Junta informou que as autorizações estão conformes e sustentadas pela lei, comprometendo-se a trazer sempre à Assembleia de Freguesia cada um dos acordos ou protocolos que vierem a assinados, prática habitual, aliás. Estes pedidos de autorização são prática habitual em início de mandato, e destinam-se a agilizar o processo de arrecadação de receitas para Junta de Freguesia. -----

Neste momento, a Sra. deputada Paula Baptista questionou o executivo se o pacote financeiro apresentado seria suficiente para gerir a freguesia, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu que podia não ser o suficiente, mas era o possível, uma vez que com a nova reorganização das freguesias houve redução de verbas atribuídas. -----

Submetida a votação a autorização da celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia de Grijó Sermonde e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação, foi este documento aprovado por maioria, com os votos favoráveis dos membros do Partido Socialista e dos da Coligação Gaia de Novo e uma abstenção, por parte da Coligação Democrática Unitária. -----

Votada, igualmente, a autorização da celebração de formas de cooperação e protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na





circunscrição territorial das freguesias de Grijó e Sermonde, foi esta aprovada por unanimidade. -----

Submetida a votação a proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas, foi esta também aprovada por unanimidade. -----

Relativamente ao Mapa de Pessoal dos serviços das freguesias, o Sr. Jorge Castro questionou se as dez vagas existentes seriam para preencher durante o quadriénio dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um ou já durante o próximo ano dois mil e dezoito. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta informou que as vagas serão para ser preenchidas com contratos precários, caso isso se torne obrigatório, referindo ainda que não planeia abrir novos concursos. -----

Sujeito a votação, foi o Mapa de Pessoal dos serviços das freguesias aprovado por unanimidade. -----

Entrando no ponto 3.6 da ordem de trabalhos – Discussão e aprovação das opções do Plano de Atividades e da proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dezoito –, o Sr. Maurício Santos apresentou um requerimento à mesa, propondo que o Plano de Atividades fosse votado separadamente do Orçamento, ao que o Sr. Presidente da Assembleia informou que tal questão nunca se colocou, uma vez que o Orçamento está sempre vinculado ao Plano de Atividades e vice-versa. Reiterou ainda, que tal proposta não poderia ser aceite nesta fase da reunião, uma vez que esta resultaria numa alteração à ordem de trabalhos, pelo que aconselha que o requerimento seja retirado. Intervindo, a Sr<sup>a</sup>. deputada Paula Baptista reiterou a ideia de que um requerimento é uma pergunta de esclarecimento ao executivo e não uma alteração da ordem de trabalhos, sendo que essa proposta deveria ter sido colocada no início da sessão, não agora. Feitos estes esclarecimentos, o Sr. Maurício Santos concordou em retirar o requerimento. -----

Contextualizando o ponto em discussão, o Sr. Presidente da Junta comunicou que o Plano de Atividades proposto contempla as ideias votadas com maioria nas últimas eleições, sendo um projeto para quatro anos, como se compreende. O Orçamento diz respeito ao próximo ano de 2018. -----

Intervindo, a Sr<sup>a</sup>. deputada Paula Baptista disse considerar que o Plano de Atividades e o Orçamento previsto podem não ser viáveis, por via das cobranças judiciais que estão a decorrer e que podem pesar sobre a disponibilidade financeira da Junta de Freguesia.



Relembrou, ainda, a importância do Orçamento Participativo e mencionou que o valor orçamentado para a obra das redes viárias será manifestamente insuficiente. -----

Intervindo, o Sr. Jorge Castro solicitou esclarecimentos relativamente a algumas rubricas do Orçamento proposto, nomeadamente sobre o Regime de Tarefa e Avença, transportes e serviços. -----

O Sr. Maurício Santos, por seu turno, afirmou que muitas das atividades propostas no documento a analisar coincidem com as ideias apresentadas pela Coligação Gaia de Novo, em fase de campanha eleitoral. Pediu, ainda, esclarecimento acerca do que seria Espaço Cidadão e a melhoria das condições de saúde. Relativamente ao Orçamento, solicitou esclarecimento sobre a que ano se referia a dívida da ADSE e quais os arrendamentos que a Junta tem. Acrescentou que considerava que as comunicações e a manutenção de jardins e espaços apresentam valores elevados de execução. -----

Tomando a palavra o Sr. José Domingos felicitou o executivo pela apresentação de um Orçamento equilibrado e preciso, evidenciando algumas atividades propostas nas áreas social e educativa. Relembrou que o anterior executivo, liderado por Joaquim César Rodrigues, não constituiu dívida, pelo que as dívidas a liquidar reportam-se a outros mandatos, com outros responsáveis na gestão da Freguesia. -----

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente da Junta informou que o Espaço Cidadão já está criado na Junta de Sermonde, perspetivando abrir um outro no “Espaço Mais em Grijó”. Prosseguindo, disse considerar que o Orçamento será apenas uma previsão dos gastos, pelo que pode vir a ser alterado à medida que for aplicado. Afirmou existirem prestadores de serviços abrangidos pelo Regime de Tarefa e Avença, como é o caso dos serviços prestados pela advogada. Quanto aos transportes de aluguer, destinam-se a atividades como a praia e a terceira idade. Considerou, ainda, que há necessidade de criar e melhorar infraestruturas como as instalações do centro de saúde, bem como a criação de mais parques infantis. No que concerne à rubrica de arrendamentos, o Sr. Presidente da Junta informou que a partir de janeiro a Junta começará a pagar trezentos e cinquenta euros de renda pelo edifício dos CTT. Relativamente a questão colocada pelo Sr. Maurício Santos, reiterou que cinco mil euros em gastos de comunicações para cinco edifícios e sete telemóveis não pode ser considerado um valor exagerado. Terminou a sua intervenção declarando que a Junta de freguesia não tem competência para fazer arruamentos, podendo,



*File = Plan*

apenas, reivindicar junto da Câmara Municipal. Por fim, declarou que a Loja Solidária e a Feira Social e do Emprego são atividades fundamentais para a freguesia. -----

Apresentando uma declaração de intenção de voto, a Sr<sup>a</sup> deputada Paula Baptista informou que iria abster-se, por considerar que o documento em análise carecia de mais tempo para discussão, propondo até uma assembleia isolada para a sua reflexão. No entanto, congratulou o executivo pela clareza e transparência no documento apresentado. -----

Submetido a votação, foi o documento das opções do Plano de Atividades e da proposta de Orçamento para o ano de dois mil e dezoito aprovado por maioria, com oito votos a favor por parte do Partido Socialista e cinco abstenções da Coligação Gaia de Novo e da Coligação Democrática Unitária. -----

Em declaração de voto, o Sr. Maurício Santos afirmou que, apesar de considerar positivo o plano de atividades anunciado, entendia que no orçamento existiam rubricas pouco claras e de difícil entendimento. -----

Intervindo, o Sr. Presidente de Junta afiançou que a declaração de voto sugerida pela Coligação Gaia de Novo já estaria pré-definida, uma vez que a falta de esclarecimento não seria justificação para a abstenção da bancada, considerando que a Junta de Freguesia sempre se mostrou disponível para qualquer tipo de conversação e explicitação do documento em apreço. -----

Apreciando o protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e os Bombeiros Voluntários dos Carvalhos, o Sr. Presidente de Junta informou que em troca do apoio financeiro proposto para os Bombeiros Voluntários dos Carvalhos, esta corporação presta apoio nas diversas atividades a levar a efeito, como sejam as Noites de Verão, o Passeio da Terceira Idade, entre outros, que, de outra forma, ficariam muito mais dispendiosas para a junta de freguesia. -----

Submetida a votação a ratificação do protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia e os Bombeiros Voluntários dos Carvalhos, esta foi aprovada por unanimidade. -----

Entrando no último ponto da ordem de trabalhos - Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia acerca desta e da situação financeira das freguesias de Grijó e Sermonde - o Sr. Presidente de Junta informou que a associação PINUS terminou a sua atividade, tendo doado a quantia de mil seiscentos e trinta e nove euros, quer à junta de freguesia de Grijó-Sermonde quer à de Serzedo-Perosinho, para ser utilizada em atividades de carácter ambiental e educacional. Relembrou os processos em tribunal, resultantes das

dívidas contraídas pelo anterior executivo, esclarecendo que em alguns dos processos a junta irá recorrer da decisão proposta por considerar inaceitável. -----

Aqui chegados, foi lida a minuta da ata da presente reunião que, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

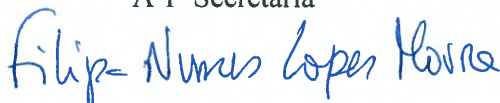
Nada mais havendo a tratar, eram uma hora e três minutos, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela 1ª secretária. -----

O Presidente da Assembleia



José Manuel de Almeida Couto

A 1ª Secretária



Filipa Nunes Lopes Moura